

Educação é essencial para o ingresso na modernidade

Eliane Bardanachvili

A educação é a alma do negócio. Para acompanhar a evolução tecnológica mundial, em que o trabalho mecanizado vem dando lugar a operações em máquinas complexas, as empresas estão se tornando cada vez mais carentes de funcionários com boa formação, não só profissional mas acadêmica. E, na corrida atrás da modernidade, da qual participam os países de Primeiro e Terceiro Mundos, o Brasil está entre os lanterna. Para sair dessa posição e enveredar pelo caminho anunciado pelo presidente Fernando Collor, que quer o país alinhado com o mundo desenvolvido, todo investimento em educação é pouco.

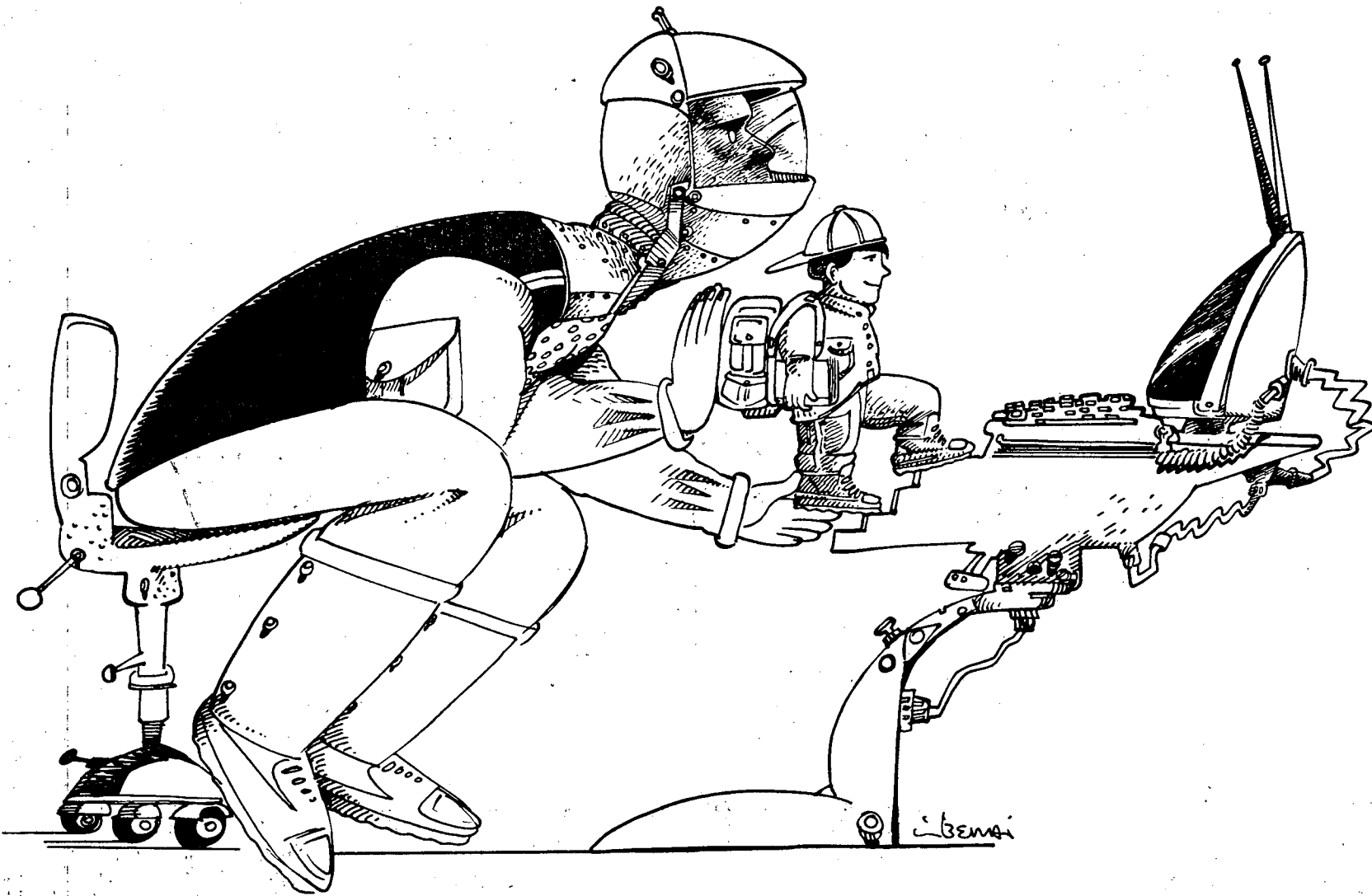
Enquanto os Estados Unidos — que têm hoje 60% de sua população com nível universitário e 100% com o 2º grau completo — vão precisar dobrar o número de mestres e doutores e trazer para a universidade 90% da população, no ano 2.000, para fazerem frente aos novos tempos, no Brasil, apenas 40% de cada geração que entra na escola concluem o 1º grau. A pesquisa *Work Force 2000*, encomendada pelo governo americano ao Instituto Hudson — um dos mais atuantes em pesquisa de recursos humanos dos Estados Unidos —, para definir o perfil da mão-de-obra do século 21, revelou que é preciso educar ainda mais.

Estabelecendo seis níveis de competência em lingüística e matemática para a população, o trabalho mostrou que cairá a demanda por pessoas com níveis um e dois — que reconhecem o significado de 2.500 a 6.000 palavras, escrevem e falam frases simples ou lêem histórias de aventuras e livros de piadas, somam, subtraem, multiplicam e dividem em todas as bases de medida —, equivalentes ao 1º grau; vai manter-se em alta a necessidade do nível três — que, equivalendo ao 2º grau, pressupõe leitura de romances e enciclopédias, redação com formato adequado e pontuação correta de relatórios e textos livres, capacidade de discursar para uma platéia e compreensão de geometria básica e álgebra —; aumentará o nível quatro, de formação universitária, e dobrarão os níveis cinco e seis, patamar de mestres e doutores.

Custo intelectual — São as providências para enfrentar uma realidade em que, nas fábricas, a maior parte do que se gasta para produzir é custo intelectual. Sabe-se, por exemplo, que para se fazer um automóvel, no mundo desenvolvido, apenas 40% dos custos vêm do material empregado, como aço e vidro, enquanto 60% são gastos com métodos de fabricação, como desenho e projeto. Já para se fabricar um microchip, essa relação é ainda mais gritante: apenas 5% do custo é material, como silício; os outros 95% são gastos em recursos humanos.

“Todos os países que estão saindo do Terceiro Mundo têm 90% da população com 2º grau completo, como aconteceu com a Coreia do Sul. O Brasil, em educação, só está na frente do Haiti e Serra Leoa”, informa o pesquisador Sérgio Costa Ribeiro, que faz levantamentos em educação, no Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC).

Se depender das empresas, o panorama de ensino do país vai acabar tendo que melhorar. As mudanças nos padrões de trabalho e emprego já começam a ser absorvidas pelo empresariado brasileiro. Para o chefe da Divisão de Currículos e Programas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Walter Vicioni Gonçalves, cada vez mais será exigida qualificação ampla dos trabalhadores. “Terão que ter boa formação de base para absorverem novas tecnolo-



Bruno Liberati

Você já pode assistir filme e até ver ele

Vendem-se carros; João assistiu ao filme; Esqueci-me de dizer isso. Essas frases, escritas em português tradicionalmente correto, estão começando a desaparecer dos textos de livros, jornais e revistas. Ainda não se pode falar numa nova gramática da língua portuguesa, na opinião dos lingüistas, mas o uso aponta para que práticas anteriormente condenadas por qualquer professor de Português já sejam admitidas oficialmente, por exemplo, nos noticiários de jornais e revistas e em livros de respeitáveis escritores.

O professor Celso Luft, titular da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), está fazendo um levantamento dessas publicações para detectar novas tendências. É a partir desse levantamento que ele percebe que aos poucos vêm sendo abolidos pronomes e preposições, em frases como *Ele mudou* — e não *Ele se mudou* —, referindo-se à saída de alguém de um lugar para outro; e de preposições, como no caso do verbo assistir (*o filme* e não mais *ao filme*).

Autor do livro *Língua e liberdade*, onde defende a adoção de novas formas lingüísticas e que foi alvo de críticas, Luft acredita que é hora de preparar uma nova gramática, onde não se citem mais os clássicos para ilustrar as regras gramaticais. “É preciso exemplificar com a prática, com os textos que lemos no cotidiano, de bons escritores atuais, bons jornalistas”, defende ele. “O gramático não dita as regras, ele apenas observa como vai caminhando a língua e registra”, explica.

A incorporação dessas mudanças ao ensino, nas escolas de 1º e 2º graus, no entanto, é polêmica. “Não há dúvidas de que a língua portuguesa está mudando, mas ainda não foram feitas pesquisas que detalhassem essas mudanças”, diz o professor Ataliba Castilho, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que lidera 35 pesquisadores de 14 universidades num trabalho sobre os novos rumos do português falado no Brasil.

Para o professor titular de língua portuguesa da Universidade de São Paulo, Dino Preti, está havendo uma maior aceitação da linguagem popular, coloquial, mas não a ponto de a gramática culta incorporá-la. “A escola não precisa ensinar a gíria. Isso as pessoas sabem. É preciso saber adequar a linguagem a cada momento. Ninguém vai falar *passa-me essa bola*. Mas para escrever um documento, é necessário dominar a norma culta”, afirma.

“Sou muito liberal”, contrapõe Celso Luft. “Se a gente emprega determinada maneira de escrever é porque ela está na gramática interior do usuário, foi estabelecida pela sociedade”, explica. Luft alerta, no entanto, para que se faça uma distinção entre o que é fala popular e o que é escrita contemporânea. Ele admite ser erro alguém escrever *Eu vi ele* ou *Me diga uma coisa*. “Esta última frase, a pessoa vai acabar usando ao escrever um diálogo, entre aspas, e aí é correto. Quanto à primeira frase, com toda a permissividade, ainda não está ocorrendo nos textos”, justifica.

Por outro lado, ele considera o uso do verbo no plural em frases como *Discutem-se problemas*, muito flagrado em seus levantamentos, um purismo desnecessário. “As pessoas ainda não tiveram coragem de abolir isso. No entanto, o verbo no singular nada altera no sentido”, afirma.

Pescadores têm acesso à alfabetização

Trinta mil pescadores de colônias do Rio de Janeiro e Espírito Santo têm, desde ontem, acesso a um programa de educação à distância que oferecerá da alfabetização à 8ª série do 1º grau. Um convênio entre o Centro Educacional Niterói, escola dirigida pela professora Mirthes Wenzel com padrões progressistas e cursos em horário integral desde sua criação em 1960, e o Sindicato dos pescadores dos dois estados, dirigido pelo pescador Manoel Julião Serra, foi assinado e colocou à disposição dos interessados o mesmo programa que recebeu no ano passado verba de US\$ 2 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e que existe desde 1979.

Segundo Mirthes Wenzel, os pescadores estavam pleiteando há três anos o curso. Serão instalados núcleos pedagógicos — salas pequenas de três metros quadrados, onde professores ficam à disposição durante o dia, para tirar dúvidas dos alunos e fazer testes — em todas as colônias. O método não exige a presença do aluno na escola.

O material didático consiste em apostilas divididas em 109 módulos que abordam os diversos pontos de cada disciplina do 1º grau. São estruturados de maneira a orientar o aluno a só passar ao módulo seguinte quando atingirem 80% de conhecimento do módulo anterior.

Nicarágua — Acaba de ser lançado o livro *E também lhes ensine a ler...*, que conta o processo de erradicação do analfabetismo na Nicarágua, em cinco meses, em 1980. O autor, jornalista Nilton Santos, descreve a Cruzada Nacional de Alfabetização no país, que reduziu o índice de analfabetismo de 50% para 13% e foi premiada pela Unesco. O movimento contou com 120 mil professores e teve 400 mil pessoas alfabetizadas. Educadores como Paulo Freire e seu assistente na Prefeitura de São Paulo, Moacir Gadotti, consideram, no prefácio e orelha do livro, que a experiência “pode prestar grande ajuda ao estudante e ao professor brasileiros”.

Escolaridade diferencia bancários

A professora paulista Lílania Segnini, que leciona Sociologia do Trabalho no Departamento de Ciências Sociais da Unicamp, realizou uma pesquisa entre os caixas de agências de dois bancos, um privado e um estadual, ambas na Avenida Paulista. O trabalho analisa as mudanças que a profissão sofreu com a introdução dos terminais eletrônicos no seu dia-a-dia e como o grau de escolaridade interfere nas relações que os profissionais mantêm dentro do emprego.

De acordo com a pesquisa, nos dois bancos, os caixas consideram o trabalho “esvaziado de criatividade e conteúdo” e não vêem perspectivas de mudarem de função. No entanto, os do banco estadual, que têm, a maioria, nível universitário e recebem cerca de Cr\$ 60 mil mensais, são mais reivindicadores, têm noção dos direitos trabalhistas e agem coletivamente. “Eles não têm medo de perder o emprego, mas permanecem na função porque consideram que o mercado está difícil e não

obterão a mesma remuneração em outro lugar”, explica Lílania.

Já os caixas do banco privado, a maioria com apenas o 1º grau — em alguns casos, incompleto — e recebendo cerca de metade do salário que recebem seus colegas do banco público, são mais submissos nas relações de trabalho, mais individualistas e competem uns com os outros. “Há entre eles uma rivalidade grande para atender as normas estabelecidas internamente. Eles se mantêm numa função da qual não gostam por se acreditarem incapazes de conseguir outro emprego”, diz a pesquisadora.

Ela condena o que chama de “incompetência treinada para apertar botões”, que afasta o país do desenvolvimento. “Esse tipo de relação de trabalho mantém os aspectos de subdesenvolvimento”, diz. Lílania ressalta que, na década passada, quando a microeletrônica chegou à indústria e aos serviços, as favelas em São Paulo aumentaram em 1.000%. “Sem poder de barganha e negociação, não há moderni-

dade. E isso uma boa formação escolar é que vai garantir”, diz.

Do outro lado do balcão, entre os clientes, há também reflexos da má escolaridade. Embora os caixas eletrônicos executem praticamente todos os serviços, os clientes preferem enfrentar filas para serem atendidos por pessoas. Segundo Lílania Segnini, pesquisa da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) concluiu que os bancos não podem trocar todas as pessoas por máquinas sob pena de perder a clientela.

“A modernidade transforma o cotidiano das pessoas e a escola precisa estar preparada para enfrentar isso”, diz a professora Vanilda Paiva, da Faculdade de Economia da UFRJ, que pesquisa as relações entre educação e trabalho. “Se o Brasil ainda pode entrar em condições favoráveis no mundo desenvolvido é uma grande interrogação. Mas a educação é imprescindível, já que não vamos deixar de existir, nem de comercializar com o resto do mundo”, analisa.

Qualificação profissional piorou

Para trabalhar na empresa carioca Promon Engenharia Ltda., que realiza projetos em todas as áreas da engenharia e em arquitetura, o engenheiro tem que saber inglês fluentemente e escrever um ensaio de duas páginas sobre um tema qualquer, escolhido na hora pelo diretor do Centro Tecnológico da empresa, Carlos Costa Ribeiro.

“O engenheiro que não sabe português nunca é bom engenheiro”, afirma, baseando-se em sua experiência de 16 anos na empresa. “Como ele vai defender bem um ponto de vista técnico?”, indaga. Conseguir profissionais com esses requisitos, somados à boa qualifica-

ção profissional, no entanto, está cada vez mais difícil. De cada dez candidatos, ele retira no máximo dois para serem testados. “O resto é fraquíssimo. Às vezes, não sobra nenhum”, diz Carlos, “um comprador de cabeças”.

Até dez anos atrás, essa relação era melhor. De cada dez currículos, a metade era considerada potencialmente capaz. “Os profissionais estão acabando e não está havendo reposição. As escolas estão piorando, justamente quando o mercado está crescendo”, analisa.

Antecipar-se às necessidades do mercado é o que está tentando fazer o Serviço Nacional de Aprendizagem In-

dustrial (Senai), que assinou em junho um convênio com a Japan International Corporation Agency (Jica), agência do governo japonês que faz acordos de transferência tecnológica. O convênio permitirá a criação do Curso Técnico de Informática Industrial, numa escola do Senai de São Caetano do Sul, em São Paulo, apontando para uma nova realidade no país: a indústria totalmente automatizada. “Formaremos os primeiros técnicos brasileiros nessa área”, diz Wálter Vicioni, da Divisão de Currículos e Programas.

Participou: Evanildo da Silveira (SP)